

# A QUESTÃO SETENTRIONAL: AMAZÔNIA, NATUREZA E CAPITALISMO

Antonio Cláudio Rabello<sup>1</sup>

## Resumo

O presente ensaio tem por objetivo analisar a expansão do capitalismo para a região amazônica na segunda metade do século XX e início do século XXI, a luz da reflexão teórica baseada em Antonio Gramsci, em particular da “Questão Meridional”.

A Amazônia brasileira se apresentava como região a ser incorporada ao “progresso” nacional (de Vargas e sua Marcha para o Oeste), ao nacional-desenvolvimentismo (de JK e suas rodovias), à integração nacional (do Milagre Econômico) e aos Macrovetores de desenvolvimento (de Collor, FHC e Lula). Em todos esses momentos a região apresentava-se como objeto a ser incorporado e a ser “homogeneizado” ao todo nacional e ao seu programa econômico. Todavia, a manutenção da diferença traduz uma divisão territorial do trabalho e a determinação de papéis que não devem e não precisam ser superados. A diferença regional é parte integrante e necessária para o capitalismo brasileiro.

Palavras-Chave: *Capitalismo, Amazônia, Questão Meridional*

## Apresentação

*A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a posições reformistas. A bem da verdade, deve-se reconhecer que o fenômeno assinalado foi muito mais frequente e mais intenso entre economistas que entre outros cientistas sociais: sociólogos, cientistas políticos e também filósofos conseguiram escapar, ainda que parcialmente, à tentação dualista, mantendo, como eixos centrais da interpretação, categorias como ‘sistema econômico’, ‘modo de produção’, ‘classes sociais’, ‘exploração’, ‘dominação’. Mas ainda assim o prestígio dos economistas penetrou largamente as outras ciências sociais, que se tornaram quase caudatárias: ‘sociedade moderna’ – ‘sociedade tradicional’, por exemplo, é um binômio que, deitando raízes no modelo dualista, conduziu boa parte dos esforços na Sociologia e na Ciência Política a uma espécie de ‘beco sem saída’ rostowiano. (OLIVEIRA, 1988. p. 11)*

Já se vão quarenta anos desde a primeira publicação da *Crítica à Razão dualista*. A pressa contemporânea e os pensamentos descartáveis podem alardear a pouca importância dessa publicação para os dias atuais, ou mesmo restringi-la ao seu momento de produção e de crítica ao pensamento predominante cepalino. O que dizer então de alguém cuja maior parte da produção se fez no cárcere fascista de Mussolini? Que relação estranha é possível obter a partir da obra de Gramsci? O que nos pode ensinar a história italiana e o intelectual italiano quando afirma que:

*O primeiro problema a resolver, para os comunistas turineses, era o de modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado como elemento nacional que vive no conjunto da vida*

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e do Mestrado em Desenvolvimento Regional, ambos da Universidade Federal de Rondônia. Email: [antonio.rabello@pq.cnpq.br](mailto:antonio.rabello@pq.cnpq.br) ou [tuninho@unir.br](mailto:tuninho@unir.br)

*estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa. É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massa no Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede os progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros,... (GRAMSCI, A.1987. p. 140)*

O que falar ainda do tantas vezes sepultado e execrado marxismo, sobretudo a partir do final do século XX? O que o marxismo pode nos oferecer para pensar sobre a Amazônia no início do século XXI? O que a discussão sobre o método nos fornece para indagar o Brasil contemporâneo?

*A produção proporciona não só um objeto material à necessidade, mas também uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo emerge do seu primitivo caráter natural, imediato e tosco - e o permanecer nesta estágio resultaria do fato de a produção não ter também ultrapassado o seu estágio natural, primitivo e tosco - passa a ser mediado como impulso pelo objeto: a necessidade que o consumo sente deste último é criada pela percepção do objeto. O objeto de arte - e analogamente, qualquer outro produto - cria um público sensível à arte e capaz de fruição estética.*

*Deste modo, a produção não cria só um objeto para o sujeito; cria também um sujeito para o objeto. a) fornecendo-lhe a sua matéria; b) determinando o modo de consumo; c) provocando no consumidor a necessidade de produtos que ela criou originariamente como objetos. Por conseguinte, produz o objeto de consumo, o modo de consumo e o impulso para consumir. Pelo seu lado, o consumo [cria] a disposição do produtor, solicitando-o como necessidade animada dum finalidade (a produção).(MARX, K. 1974. p. 29)*

Pode se afirmar que o marxismo não consegue responder as questões contemporâneas. Pode se afirmar que desde a queda do leste europeu e da União soviética o marxismo perdeu sua razão de ser, entretanto,

*... a única forma de aniquilar o marxismo e a herança de Marx é a superação da exploração capitalista, das contradições gritantes das quais se nutre, da miséria humana que produz. (...) É sempre bom lembrar o óbvio: Marx é sempre incortornável enquanto houver capitalismo. É incontornável para compreendermos o mundo no qual vivemos... (FONTES, V. 2007. p. 14)*

O presente ensaio tem por objetivo, a partir de um referencial teórico marxista, analisar as questões e os papéis destinados para a Amazônia e as políticas

públicas para a região. O recorte temporal se situa em meados dos anos 80, quando uma nova matriz discursiva (não teórica!) passou a integrar as ações na região: o ambientalismo e o desenvolvimento sustentável.

### **A Pós-Modernidade, a historiografia e ambientalismo**

No final dos anos 60 o pensamento ocidental passou por uma reestruturação filosófica, que alguns pretendem definitiva. Propagava-se a ideia da impossibilidade do surgimento de novas ideologias ou de teorias globais que pudessem explicar e compreender o mundo. Era o fim da História!

*Nessa posição há, em primeiro lugar, algo de certa forma existencial, típico de uma geração: a chamada geração de 1968. Esta conteve, NE Europa, uma sólida esquerda marxista ou marxizante e, no segundo pós-guerra, acreditou sucessivamente em Sartre, nas China maoista, no eurocomunismo, desiludindo-se cada vez mais. De portadora de esperanças transformadoras do social num sentido abrangente, a geração em questão passou a apoiar movimentos parciais de luta e reivindicação: feminismo, regionalismo, movimento gau, ecologismo, movimento negro, etc. Outros de seus membros desembocaram na social-democracia, na tecnocracia, no neoconservadorismo ou no neoliberalismo. Paralelamente à descença, houve de sua parte uma reinterpretção da modernidade, e em especial deste século, como era de atrocidades, massacres, destruição do meio ambiente, manipulação de uma humanidade cada vez mais massificada, e não como era de progresso da humanidade e da razão em que a ciências e a tecnologia trariam a felicidade. (CARDOSO, C. 1996. p. 13-14).*

A geração de 1968 teve grande influência sobre a percepção de mundo, por conseguinte, da interpretação do mundo e da intervenção no mesmo, gerando o que Cardoso afirma ser algo “num estado de coisas suspenso entre o niilismo e o pansemiotismo, numa negação da explicação em favor da hermenêutica relativista”. (CARDOSO, C. 1996. p. 15). As consequências se fizeram sentir na historiografia e na condução da política.

Na História-disciplina negava-se de forma veemente qualquer pretensão à sua cientificidade e de qualquer tentativa de propor algum tipo de síntese histórica baseado em um corpo teórico definido. Cardoso afirma que, ao contrário disso, houve uma acelerada negação do uso de quaisquer teorias, ao menos de forma explícita.

*É assim que, na ‘Nova História’, a recusa de qualquer sistema teórico em favor de um cientificismo tecnicista chega ao absurdo de se aceitar a total indigência teórica. De fato, mais do que com problemas metodológicos de maior envergadura, a preocupação passou a ser, ainda mais do que no passado, com as técnicas e a quantificação valorizadas por si mesmas. É óbvio que a recusa da teoria não significa ausência real de um nível teórico. Por exemplo, implicitamente, na ‘Nova História’ as ‘mentalidades se transformam às vezes em verdadeira infraestruturas determinantes do social; em outros casos, sem chegar a tanto, proclama-se a sua*

*autossuficiência, a sua não dependência para com as determinações da estrutura social global. (CARDOSO. 1988. p. 99).*

Se na História-disciplina a escolha pelo particular, pelo privado, pela relativização e sobretudo, pela pulverização ou o esmigalhamento dos objetos ganhava seguidores e cada vez mais espaço editorial, na condução da política observamos que movimento semelhante se dava. O fracionamento das lutas gerais em lutas particulares, relativistas e esmigalhadas em um sem número de movimentos políticos reivindicatórios também crescia ao final dos anos 60.

O mundo do pós-guerra era a representação do fracasso da humanidade. A sociedade ocidental produziu guerras que mataram milhões de pessoas. Produziu uma bomba capaz de aniquilar cidades inteiras. Produziu o genocídio, a violência e a possibilidade de destruição do planeta, seja por poderio bélico ou por atividade industrial. A ameaça ao meio ambiente passava a fazer parte do discurso que questionava a sociedade ocidental e seus valores. O modelo de desenvolvimento sofreu fortes pressões ambientalistas no final dos anos 60. O Clube de Roma alertava para os limites do crescimento, afirmando que o planeta não teria recursos naturais para atender às crescentes demandas produtivas. Tais preocupações foram objeto de discussão na Conferência das Nações Unidas em 1972 (Estocolmo), onde eram apontados os causadores dos problemas ambientais, a saber, a miséria e a falta de uso de tecnologias adequadas no terceiro mundo.

Nesse ínterim o Brasil vivia o seu “Milagre Econômico”. Enquanto os países ricos discutiam os limites do crescimento, a delegação brasileira liderava um grupo de países em desenvolvimento que considerava as questões ambientais como preocupações que interessavam ao primeiro mundo. O objetivo principal desse grupo de países o crescimento acelerado. Para esse fim e como medida para o esvaziamento da luta no campo no Sul-Sudeste a Amazônia passava a ser compreendida como uma fronteira agrícola a ser colonizada. Os governos do período produziram um vultoso rol de políticas públicas para esse fim. Capitaneados pelo Programa de Integração Nacional, foram abertas rodovias, programas de colonização e assentamento, polos de desenvolvimento, incentivos à extração mineral, etc. O objetivo era dotar a Amazônia de condições para que a mesma pudesse ser integrada ao novo modelo de desenvolvimento acelerado que se via no Sul-Sudeste.

*A estratégia de desenvolvimento mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial. Por outras palavras, realiza a integração nacional, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia.<sup>2</sup>*

A Amazônia era área a ser ocupada. As propagandas diziam que era preciso “*integrar para não entregar*” e que devido à baixíssima densidade demográfica, era um espaço próprio para uma intensa política de povoamento, com o slogan de “*uma terra sem homens para homens sem terra!*”

Do ponto de vista da discussão ambiental a ONU pouco avançou antes dos anos 80. Foi somente a partir da liderança de Gro Brundtland, primeira ministra da Noruega, que os passos iniciais dados em 1972 tiveram, ao menos discursivamente, um

---

<sup>2</sup> Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Ler Nº 5.727, de 4 de novembro de 1971

novo capítulo. A entrega do extenso Relatório Brundtland, cuja divulgação recebeu o romântico nome de “Nosso Futuro Comum”, esperava-se indicar a saída para o dilema entre continuar produzindo e defender o planeta. Essa saída era o Desenvolvimento Sustentável. A fórmula mágica consistia em ser: 1) economicamente viável; 2) socialmente justo e; 3) ecologicamente responsável para com as futuras gerações.

Por mais genérico que fosse, o termo passou a ser usado sem parcimônia, principalmente a partir da Rio-92. Repetido como um mantra passou a fazer parte de planos de governo e de suas políticas públicas. Todo o desenvolvimento, doravante, deveria ser sustentável. A abertura de uma estrada deveria ser sustentável. A construção de uma hidrelétrica deveria ser sustentável. Por mais que não ficasse claro o que se entendia por sustentabilidade, todo o desenvolvimento (vide Planos Plurianuais após Fernando Henrique Cardoso) deveria ser sustentável. Aonde havia receio sobre os impactos, a saída para o capital e seus empreendimentos eram as medidas mitigadoras e as medidas compensatórias.

Como um dos resultados dessa nova modalidade discursiva de desenvolvimento, a Amazônia tinha seu significado novamente modificado. De região apta ao avanço agropecuário, passaria a ser área que deveria ser preservada. A Amazônia seria, então, reinventada.

### **A Amazônia como o espaço privilegiado para a implementação do novo “paradigma”**

Se o Desenvolvimento Sustentável fosse, de fato, um novo paradigma para conduzir o processo de desenvolvimento, seria coerente supor que o “*Pulmão do Mundo*”, a “*Maior Floresta Tropical do Planeta*” ou a “*mais rica biodiversidade do Planeta*” sofressem os impactos das políticas públicas orientadas para esse fim. Vejamos dois dos principais programas do governo FHC que orientaram as propostas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Trago-os aqui apenas como exemplo, tendo em vista que as ideias presentes neles vão ser reprisados nos três subsequentes governos com novos *slogans*, mas com o mesmo conteúdo.

Dois dos principais programas do governo federal durante os anos 90 adotaram o discurso do Desenvolvimento Sustentável. Tanto o *Avança Brasil* quanto o *Comunidade Solidária* ressaltavam a necessidade de uma nova modalidade de desenvolvimento.

No *Avança Brasil* podemos perceber a necessidade de adjetivar o desenvolvimento com as preocupações ambientais, como podemos ver abaixo.

*O segredo para o desenvolvimento sustentável é o crescimento econômico com respeito à vocação das diversas regiões e seus ecossistemas.*<sup>3</sup>

A despeito de querer desvendar o segredo dessa combinação, podemos perceber que a sustentabilidade para a Amazônia foi tratada como um problema crucial que o governo precisaria resolver, principalmente se combinada com desenvolvimento. Enquanto preocupação com sustentabilidade o programa afirmava:

*A Amazônia não tem apenas a maior rede fluvial em volume de água do mundo. Ela também abriga uma das maiores diversidades de espécies vivas do Planeta. Muitas plantas, animais e*

---

<sup>3</sup> [www.abrasil.gov.br](http://www.abrasil.gov.br)

*microorganismos ainda não estudadas pela ciência poderão servir de base para a pesquisa de alimentos, remédios e outros produtos úteis no futuro. Na Amazônia brasileira vivem 20 milhões de pessoas, que precisam tirar seu sustento dos recursos naturais. E o meio ambiente, fonte de tantas riquezas, não deve ser prejudicado. Por isso a proteção ambiental desta região vem merecendo atenção especial do governo e da comunidade científica. O programa Amazônia Sustentável reúne um grande número de projetos para preservar e manter esta enorme área e, ao mesmo tempo, oferecer opções de desenvolvimento que beneficiem especialmente as populações que lá vivem. Requer também a participação de estados, municípios, organizações não governamentais e comunidades locais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.*<sup>4</sup>

A “vocação” da Amazônia era para a sustentabilidade, todavia também representava um enorme manancial para outros segmentos produtivos: agricultura, pecuária, minera o, energia, etc. Como combinar a necessidade descrita acima com os princípios do desenvolvimento econômico? O governo definia algumas das políticas necessárias para o desenvolvimento da região, adequando seu papel ao restante do desenvolvimento do país. Vejamos.

*O Corredor Oeste–Norte tem por objetivo promover a recupera o e a melhoria das vias de transportes nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, áreas onde a produ o agropecuária tem apresentado grande crescimento nas últimas duas décadas. A malha rodoviária deste Corredor visa o escoamento da produ o, em especial de grãos. As conexões com as hidrovias ao norte fazem com que os produtos alcancem os mercados internacionais, através dos portos de Manaus, Pará e do Maranhão. No oeste, as conexões com as ferrovias (Feronorte/Ferroban), a Hidrovia Tietê-Paraná e as rodovias facilitam o acesso dos produtos ao mercado do Sudeste e os portos de Santos e Paranaguá. O setor público arca com a constru o das rodovias e várias obras de infraestrutura portuária, enquanto que se espera a participa o da iniciativa privada nas obras portuárias de Manaus (AM) e Porto Velho (RO) e na implanta o da hidrovia do rio Tapajós. Em 2001, foram transportados na hidrovia do Madeira mais de um milhão de toneladas de soja para exporta o, representando um crescimento de 9% em rela o ao desempenho de 2000.*<sup>5</sup>

Ainda apontava para a necessidade de aporte de recursos para a área de energia, tendo como destaque a constru o de hidrelétricas no rio Madeira e a constru o do Gasoduto, ligando Urucu a Porto Velho. Tais empreendimentos diziam respeito ao desenvolvimento econômico da região, mas também implicariam em impactos ambientais. O segredo fica desvendado através da seguinte combina o:

---

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> Idem

*Mundialmente famosa por suas riquezas naturais, a Amazônia ainda tem uma economia relativamente pouco desenvolvida. Isto significa que ela possui um grande potencial de progresso. O desafio é conseguir crescer através de um processo planejado e sustentável, que respeite a natureza e os valores culturais da região. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso criar condições e infraestrutura social e econômica adequadas, que integrem a região e seus produtos ao mercado nacional e internacional, sem devastar. Com estes objetivos, o Programa Desenvolvimento da Amazônia Legal apoia a região em diferentes aspectos: desde estudos para planejar o desenvolvimento e capacitar recursos humanos, até a promoção e difusão de oportunidades, oferta de incentivos fiscais e financiamento para empreendimentos.*<sup>6</sup>

Como podemos perceber, pelo menos no plano do discurso, o Desenvolvimento Sustentável estava resolvido.

No que diz respeito ao Comunidade Solidária (ou Comunidade Ativa) o Desenvolvimento Sustentável é tratado enquanto uma nova modalidade de desenvolvimento, considerado de forma apriorística. Neste programa temos o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável como a força motriz, definido, enquanto consenso geral, da seguinte forma:

*Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.*<sup>7</sup>

O documento privilegia a explicação da alternativa de adoção de políticas que privilegiem a esfera local, pois, segundo eles, é nessa esfera que o cidadão vive e percebe as políticas públicas.

Ao contrário desta definição, não percebemos a mesma preocupação no que diz respeito à sustentabilidade, por vezes tratada como sustentabilidade econômica.

*Para ser sustentável do ponto de vista econômico, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer a formação de uma comunidade econômica de base, ou seja, uma cadeia de iniciativas e empreendimentos que se complementam, maximizando as potencialidades de produção, comércio, serviços e consumo locais.*<sup>8</sup>

No documento a ideia de sustentabilidade é inserida como se não fosse mais possível falar em desenvolvimento sem o uso de um adjetivo que o acompanhe. Entretanto, os resultados obtidos não puderam comprovar que estávamos diante de um

---

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> Brasil. *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Documento Base e Catálogo de Experiências. "Cadernos Comunidade Solidária". Brasília. IPEA. 1999.

<sup>8</sup> Idem.

novo modo de produzir. Se retomarmos os princípios do Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia temos o seguinte cenário: 1) Economicamente viável – O avanço da produção de grãos e a subsequente transformação do Brasil no maior produtor de soja do mundo. O crescimento do rebanho bovino. A construção de empreendimentos hidrelétricos de grande porte. 2) Socialmente justo – O crescimento urbano das principais cidades da região norte, bem como da pobreza e das mazelas da exclusão social (violência, prostituição, prostituição infantil, etc). 3) Ambientalmente responsável para com as futuras gerações – O avanço das derrubadas e queimadas que incrementaram o desflorestamento.

### **“Novo paradigma” e velhas práticas e teorias**

É possível observar que no momento do desenvolvimento acelerado ou no momento do desenvolvimento sustentável a Amazônia é compreendida enquanto o lugar do diferente. No primeiro momento deveriam ser intensificadas as ações para integrá-la ao desenvolvimento produzido no Centro-Sul do Brasil. No momento posterior, deveria a mesma funcionar como uma espécie de *reserva* para a ação ambientalista do desenvolvimento sustentável, apesar da clara incongruência entre o discurso e as políticas públicas para o desenvolvimento da região. Ou seja, estamos ainda diante de uma questão, aparentemente, dual. Teríamos assim uma “*questão setentrional*”, como sugere o título deste ensaio, com clara alusão ao pensamento de Antonio Gramsci.

A questão meridional gramsciana tem como preocupação principal pensar a revolução na Itália e os entraves gerados pelas características históricas de formação do campesinato no sul da Itália. Gramsci analisa que o mundo rural do sul italiano estava fundamentado em bases feudais. O Estado moderno e liberal manteve relações de trabalho e de poder sustentadas ainda em práticas não capitalistas. Com isso, concluiu que a psicologia do camponês permanecia no mesmo patamar, não construindo uma noção de classe ou de categoria. As revoltas que aconteciam eram sempre individualizadas, apesar de violentas, e não constituíam um efeito que fosse contínuo e duradouro. Segundo ele,

*O camponês sempre viveu fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: permaneceu um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da política e do diabo. Não compreendia a organização, não compreendia o Estado, não compreendia a disciplina; paciente e tenaz no esforço individual de arrancar à natureza escassos e magros frutos, capaz de inauditos sacrifícios na vida familiar, era selvagemmente impaciente e violento na luta de classe, incapaz de se propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática. (A questão Meridional. P. 70)*

A saída para o processo revolucionário passaria, dentre outros, pela recusa de programas que mantivessem o sul na mesma condição, como a defendida no parlamento que pregava pela destinação de “terras incultas ou mal cultivadas” para os camponeses pobres. Esse programa, segundo ele, manteria os camponeses na condição de miséria. Os proletários do Norte e um Estado proletário é que criariam as condições de transformação para os camponeses do Sul e da agricultura. Somente a união das duas classes poderia romper com o ciclo capitalista e de pobreza dos camponeses.

A dualidade italiana tinha suas bases no *Risorgimento* e na sua revolução passiva, que é entendida como a ausência de um jacobinismo no processo revolucionário: “ausência de aliança real entre a cidade e o campo, a burguesia e os camponeses, a classe dirigente do Norte e as massas camponesas do Sul” (BUCI-GLUKSMANN. 1980. p. 78). A Revolução continua passiva, pois não revoluciona as superestruturas, permanecendo como classe dominante e não dirigente.

Em que pese as possíveis semelhanças que possamos encontrar entre a História brasileira e a italiana, onde a burguesia industrial chegou ao poder sem realizar um processo revolucionário, mantendo as relações no campo presas às mesmas bases que sustentaram a política dos coronéis, a ação sobre a Amazônia merece destaque.

O avanço do capitalismo sobre a Amazônia já trazia em suas bases o controle das superestruturas, conseguida mais pela coerção do que pelo consenso. Fazendo uso de vasto aparelho repressivo e de um uso abusivo da propaganda tratou-se de se construir uma idéia de Amazônia sem gente e, por isso, fronteira de risco para a Segurança Nacional. As comunidades locais, fossem de indígenas, de caboclos ou mesmo pequenos centros urbanos existentes àquela altura, não foram consideradas como obstáculos ao processo de expansão do capitalismo sobre a região. As classes dirigentes locais, via de regra, foram cooptadas.. As classes subalternas não possuíam força política e nem lideranças para lutar contra a brutal transformação que se avizinhava.

Apesar de haver uma tentação em tratar a questão de forma dual, não podemos fazê-lo desta forma. A ação sobre a região não pode ser vista a partir do ponto de vista que privilegia a desigualdade de relações entre o moderno e o arcaico, mas como parte de um mesmo processo da dinâmica capitalista. O planejamento para as políticas públicas na região não podem ser compreendidos, por conseguinte, como mecanismos de romper a desigualdade, como nos demonstra Francisco de Oliveira.

*O marco teórico desta investigação recusa, pelas considerações já expostas, a compreensão da emergência do planejamento regional no Nordeste do Brasil sob o enfoque dos ‘desequilíbrios regionais’, para examiná-los sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil. (...) O enfoque tradicional (...) parte de uma base estática, tomando como dados uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobrar-se na medição de ‘desvios’, como é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os resultados dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais. (...) É surpreendente, pois, que a retórica dos planos, programas e políticas de desenvolvimento regional siga seu curso, completamente divorciada da prática real da política implementada. Poder-se-ia dizer com Paul Baran, em conferência pronunciada na própria SUDENE em 1963 e que lamentavelmente se perdeu, que ‘não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento.’ (OLIVEIRA, F. 1987. p. 25)*

E mais adiante afirma:

*...podem e existem 'regiões' em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômica de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução de capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as 'regiões', no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado (...). A face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita as diferenças regionais reais, como as cria para o seu próprio proveito. (OLIVEIRA, F. 1987. p. 27)*

Se as políticas públicas para o desenvolvimento da região amazônica, em seu momento de desenvolvimento acelerado, devem ser vistas como integrantes da dinâmica capitalista, o mesmo deve ser dito da etapa seguinte, a do desenvolvimento sustentável.

O movimento ambientalista surgiu enquanto crítica à sociedade contemporânea e aos abusos do sistema produtivo no uso dos recursos naturais. Alardeava-se a emergente necessidade de se rever as práticas econômicas e sociais em defesa da permanência da humanidade e do planeta. Era uma crítica direta à sociedade contemporânea ocidental. Entretanto,

*Sempre que, nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia. Por exemplo, quando ficou óbvio, por volta de 1970, que a corrida pelo desenvolvimento realmente intensificava a pobreza, inventou-se a noção de 'desenvolvimento eqüitativo' para reconciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza. Na mesma trilha o Relatório Brundtland incorporou a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo o 'desenvolvimento sustentável' como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente (SACHS, W. 2000. p. 121)*

Mais uma vez a tentação do dualismo se apresenta como alternativa teórica para pensar o Brasil e suas regiões, reservando à Amazônia o destino manifesto de ser o local onde a premissa da preservação deverá ter mais relevância do que a do desenvolvimento, como se fossem *dois brasis*. Aquele do desenvolvimento e o outro da sustentabilidade. Essa interpretação seria além de ingênua, inócua para a formulação e execução de políticas públicas na região ou fora dela. Não há dualismo no conceito de desenvolvimento sustentável, pois o elemento chave e definidor do conceito não é o adjetivo da sustentabilidade, mas o substantivo desenvolvimento, que mantém-se intocável em sua essência.

## **Considerações finais**

Qualquer tentativa de entender o mundo, em escala planetária, que se recuse a utilizar teorias globais e sínteses históricas terá como resultado uma análise imprecisa e de duvidosa acuidade para resolver problemas sistêmicos.

Por mais que os princípios defendidos pelo pensamento pós-moderno tenha contribuído para trazer ao centro das discussões algumas questões pontuais e, nem por isso, menos importantes, como o problema de gênero, dos negros, dos indígenas, dos gays e do ambiente, não pode ser aprisionado em análises e soluções pontuais. Se o problema ambiental e o problema da Amazônia não forem compreendidos levando-se em conta, e de forma central, o sistema econômico que originou o atual estado de coisas, não conseguirá dar respostas adequadas às demandas suscitadas, proporcionando soluções que serão, sempre, paliativos que não atacam o cerne do problema ou centrados na individualização das ações. Por exemplo, tenta-se resolver o problema ambiental através de uma produção que gere menos resíduos ou com uso de tecnologias menos agressivas, o que requer uma nova base tecnológica para o processo produtivo, mas não tem como premissa discutir a produção de mercadorias e de excedentes, que é um dos elementos centrais da reprodução de capital. Ou então, trata-se o problema transferindo ao indivíduo a responsabilidade pela construção de um novo modelo de consumo com o objetivo de modificar o processo produtivo, o que nos faz retomar a formulação marxiana da produção e do consumo e a tentativa de inversão da compreensão da lógica presente no processo produtivo capitalista.

Outra característica presente nas alternativas ecológicas apontadas tende a uma naturalização da sociedade, onde os indivíduos são considerados seres biológicos, sem considerar o conjunto que os cerca. Trata o homem como um indivíduo universal com componentes culturais também universais (sic!), que não teria relação com o mundo e com a natureza mediada pela sociedade, cultura, língua ou história.

Nessa perspectiva também se insere, de modo muito marcante no Brasil, o papel atribuído à Educação Ambiental como fundamental para o salvamento do planeta. Há, além da individualização da solução, uma gritante confusão entre educação e educação ambiental. As formas de convívio passam a ser tratadas como soluções ambientais. Ou seja, não jogar lixo no meio da via pública se torna uma atitude ambientalmente correta e não como resultante de uma cultura que compreende o espaço público de forma privatista, o que vem sendo construído e reproduzido de forma secular na política brasileira.

A alternativa que mais confirma a necessidade de uma avaliação sistêmica e de soluções também sistêmicas está na compra dos créditos de carbono. Tal solução é a confirmação do que foi expresso por Francisco de Oliveira, quando afirma que a face externa do imperialismo e do capitalismo, “na maioria das vezes não apenas aproveita as diferenças regionais reais, como as cria para o seu próprio proveito.” A compra de créditos de carbono representa a negação da premissa de que o problema ambiental e da desigualdade social são centrais para a concretização dos ideais propostos pelos defensores do desenvolvimento sustentável enquanto solução global para a humanidade, pois garante aos países desenvolvidos a produção e reprodução do capital, criando em contrapartida, regiões que receberão dividendos para manterem áreas preservadas. A solução apontada requer uma análise acurada sobre a teoria do valor.

A lastimável conferência da Rio + 20 é a prova mais contumaz da falência do conceito do Desenvolvimento Sustentável. As respostas que a humanidade procura para a solução de problemas causados por uma dada organização econômica e social não serão obtidas através de atitudes individualizadas ou de convênios e acordos que continuem blindando o real problema: a produção e reprodução de capital. Para responder aos problemas ambientais que hoje enfrentamos não é necessário recorrer à

suspeitas teorias da física aplicadas às relações socioeconômicas ou cobrar dos indivíduos uma mudança de postura, que nos levaria a uma inevitável mudança do planeta. As reais críticas ao problema ambiental estão postas desde o século XIX de forma incortornável.

De outra forma, nos diria Herbert Marcuse

*Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas; não se trata de purificar a sociedade existente, mas de a substituir.* (APUD. HERCULANO, S. 1996. p.15)

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. *Lei Nº 5.727, de 4 de novembro de 1971.*
- BUCI-GLUKSMANN, Cristinne. *Gramsci e o Estado.* Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *No limiar do século XXI.* Revista Tempo. Vol. 1. Nº 2. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1996.
- FONTES, Virgínia. *Introdução a Marx, o incontornável. De mortes e vidas.* Em NOVOA, Jorge (org.). *Incontornável Marx.* São Paulo. UNESP. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional.* Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.
- HERCULANO, Selene Carvalho. *Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz.* Em Goldenberg, Mirian (org.). *Ecologia, ciência e política.* Rio de Janeiro. Revan. 1992.
- MARX, Karl. *El método em La economía política.* Grijalbo. Barcelona. 1974.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* Vozes. Petrópolis. 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião.* Paz e Terra. São Paulo. 1977
- SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.* Petrópolis. Vozes. 2000.